

Aprovo,
O Secretário-Geral Adjunto

Rui M. Alves Francisco
Comodoro

AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES DE SEGURANÇA PARA ENDPOINTS E MOBILE PARA A REDE DE DADOS DA DEFESA

CONVITE

Procedimento n.º 99/AP-UMC/2025



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL



Índice

SECÇÃO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
ARTIGO 1.º Designação e objecto do procedimento	4
ARTIGO 2.º Procedimento de contratação	4
ARTIGO 3.º Entidade Adjudicante	4
ARTIGO 4.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
ARTIGO 5.º Júri do Procedimento	4
ARTIGO 6.º Concorrentes / Agrupamentos	5
ARTIGO 7.º Contratação por Lotes	Erro! Marcador não definido.
SECÇÃO II	5
PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 8.º Disponibilização das Peças de Procedimento	5
ARTIGO 9.º Esclarecimentos e rectificações as peças do procedimento	6
SECÇÃO III	7
PROPOSTAS	7
ARTIGO 10.º Modo e Prazo de apresentação das propostas	7
ARTIGO 11.º Documentos que constituem a proposta	7
ARTIGO 12.º Propostas variantes	8
ARTIGO 13.º Negociação	8
ARTIGO 14.º Prazo de manutenção das propostas	8
ARTIGO 15.º Exclusão das Propostas	8
ARTIGO 16.º Relatório Preliminar	10
ARTIGO 17.º Audiência Prévia	10
ARTIGO 18.º Relatório Final	10
SECÇÃO IV	11
ADJUDICAÇÃO	11
ARTIGO 19.º Critério de adjudicação	11
ARTIGO 20.º Critérios de Desempate	11
ARTIGO 21.º Notificação de adjudicação	11
ARTIGO 22.º Documentos de habilitação	12
ARTIGO 23.º Aceitação da minuta do contrato	13
ARTIGO 24.º Reclamações contra a minuta	13



ARTIGO 25.º	Celebração do contrato.....	13
ARTIGO 26.º	Falsidade de documentos e de declarações.....	14
ARTIGO 27.º	Caução.....	14
SECÇÃO IV	14
DISPOSIÇÕES FINAIS	14
ARTIGO 28.º	Prazos.....	14
ARTIGO 29.º	Omissões.....	14
ARTIGO 30.º	Foro competente.....	15
ARTIGO 31.º	Legislação Aplicável.....	15
Anexo I - Composição do Júri.....		16
Anexo II - Modelo de declaração.....		17
Anexo III - Modelo de declaração.....		19
Anexo IV - Regulamento do Sorteio de Desempate das Propostas.....		20



SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º Designação e objecto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objecto a aquisição de licenças para soluções de segurança ENDPOINTS e MOBILE para a rede de dados da defesa, pelo período de 12 meses.
2. O contrato celebrado na sequência do presente procedimento regulará, nos termos que resultam do caderno de encargos, as relações contratuais futuras a estabelecer entre o adjudicatário e a entidade adjudicante, bem como os poderes de monitorização do contrato por parte da entidade adjudicante.

ARTIGO 2.º Procedimento de contratação

- § O procedimento de contratação reveste a forma de Consulta Prévia, o qual segue a tramitação prevista no CCP, nomeadamente nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP, e no presente Convite.

ARTIGO 3.º Entidade Adjudicante

- § A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), pessoa colectiva 600 032 205, representada neste procedimento pela Unidade Ministerial de Compras, sita na Avenida Ilha da Madeira, 1 - 3.º piso, em Lisboa - Portugal, com o número de telefone n.º 21 303 85 22 e correio electrónico umcompras-mdn@defesa.pt.

ARTIGO 4.º Órgão que tomou a decisão de contratar

- § A decisão de contratar foi tomada, por deliberação do Senhor Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Defesa Nacional, Comodoro Rui Manuel Alves Francisco, por competência delegada nos termos do Despacho n.º 14090/2024 de 21 de Novembro, publicado em Diário da República, 2.ª série n.º 231, de 28 de Novembro.

ARTIGO 5.º Júri do Procedimento

- § A composição do Júri consta do Anexo I ao presente Convite.



ARTIGO 6.º Concorrentes / Agrupamentos

1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
2. Nos termos do artigo 54.º do CCP, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Quando a proposta e todos os documentos que se lhe associarem sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.
5. A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.
7. Em caso de adjudicação, a apresentação dos documentos de habilitação deve obedecer ao disposto na Portaria n.º 372/2017 de 14 de Dezembro.

SECÇÃO II

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

ARTIGO 7.º Disponibilização das Peças de Procedimento

- § As peças de procedimento estarão disponíveis através da plataforma electrónica acingov, acessível através do sítio electrónico www.acingov.pt.



ARTIGO 8.º Esclarecimentos e rectificações as peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri do procedimento, designado pelo órgão que tomou a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP.
2. Os concorrentes podem solicitar os esclarecimentos durante o primeiro terço do prazo para apresentação de propostas, e no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detectados.
3. Os pedidos de esclarecimentos e os erros e omissões deverão ser fundamentados.
4. Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri do procedimento através da Plataforma Electrónica acingov.
5. Os esclarecimentos serão prestados, por escrito, pelo júri do procedimento, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas, sempre que o prazo para apresentação de propostas seja inferior a 9 dias, através da Plataforma Electrónica acingov.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros e omissões das peças dos procedimentos, nos termos e no prazo previsto no número anterior.
7. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores, serão disponibilizados através da Plataforma Electrónica acingov.
8. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
9. Quando as rectificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo para fixação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
10. As decisões de prorrogação, nos termos do disposto nos números anteriores, cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados.



SECÇÃO III

PROPOSTAS

ARTIGO 9.º Modo e Prazo de apresentação das propostas

1. As propostas, bem como os documentos que a integram, devem ser apresentadas na plataforma electrónica www.acingov.pt, pelo concorrente ou seus representantes, até às 23h59 do **6.º (sexto) dia** a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Até ao prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, podendo apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
3. A data limite fixada no presente convite pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior aproveita a todos os interessados.
5. As decisões de prorrogação de prazo cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se aviso daquelas decisões.

ARTIGO 10.º Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos abaixo indicados, em conformidade com o artigo 57.º do CCP:
 - a. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) conforme modelo constante do anexo I ao CCP. (**Anexo II** ao Convite).
 - b. Documento que contenha os termos e condições em que o concorrente se propõe contratar (nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP), das quais se destaca:
 - O preço global, expresso em numerário e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
 - Prazo de Validade da Proposta, que não poderá ser inferior a 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
 - Especificação de outros aspectos que considere relevantes para a apreciação da mesma;



- c. O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta.
2. A proposta, bem como os documentos que a integram, têm de ser assinados electronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura digital qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto, e dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes submeter na plataforma um documento electrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto.
4. Os documentos previstos nas alíneas anteriores do n.º 1 devem ser redigidos em língua portuguesa, excepcionalmente, e nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do CCP, admite-se a redacção em inglês de documentos que integrem a proposta e que respeitem exclusivamente a especificações técnicas.
5. Constituem motivos de exclusão das propostas apresentadas, os indicados no n.º 2 do artigo 146.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 122.º do CCP.

ARTIGO 11.º Propostas variantes

- § Não são admitidas propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 12.º Negociação

- § As propostas apresentadas não serão objecto de negociação.

ARTIGO 13.º Prazo de manutenção das propostas

- § Os concorrentes ficam obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de **66** (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 14.º Exclusão das Propostas

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:



- a. São excluídas do procedimento as propostas que apresentem preço superior ao preço base;
- b. Que violem os termos de apresentação previstos no artigo 9.º do presente Convite
- c. Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 10.º do presente Convite;
- d. Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência por aquele caderno de encargos;
- e. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos;
- f. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g. A existência de fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras de concorrência;
- h. Que sejam apresentadas por concorrentes ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, qualquer dos seus membros, em violação do disposto no artigo 55.º do CCP;
- i. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
- j. Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa ou inglesa, nos termos previstos no n.º 4, do artigo 10.º do presente Convite;
- k. Que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos;
- l. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- m. Que não cumpram as especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos;
- n. Que não respeitem o preço base;
- o. Que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista, nomeadamente as situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- p. Sob pena de exclusão, os concorrentes deverão assinar electronicamente, através de assinatura electrónica qualificada, a proposta e cada um dos documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto.



- q. Sob pena de exclusão, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes submeter na plataforma um documento electrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de Agosto.
 - r. Sob pena de exclusão, quando a proposta e todos os documentos que se lhe associarem sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura electrónica qualificada por todos os seus membros ou respectivos representantes.
2. Só são avaliadas as propostas que não forem excluídas.

ARTIGO 15.º Relatório Preliminar

- 1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação no presente Convite.
- 2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 122.º em conjugação com o n.º 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
- 3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72.º do CCP.

ARTIGO 16.º Audiência Prévia

- § Elaborado o relatório preliminar, o mesmo será enviado pelo júri do procedimento a todos os concorrentes, fixando um prazo de **3 (três) dias** úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

ARTIGO 17.º Relatório Final

- 1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elaborará um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, podendo manter o teor e as conclusões do relatório preliminar ou mantendo as conclusões vertidas no relatório preliminar.



2. Quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procederá a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do CCP.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que constituem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV

ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 18.º Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada pela modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado com a avaliação do factor preço como único aspecto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência
2. A adjudicação será feita ao concorrente que apresente o preço total mais baixo.

ARTIGO 19.º Critérios de Desempate

- § Em situação de empate de propostas, as mesmas serão desempatadas conforme o regulamento previsto no **Anexo IV**.

ARTIGO 20.º Notificação de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, através da Plataforma Electrónica acingov, a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise de propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação de acordo com o artigo 81.º do CCP;



- b) Confirmar no prazo que lhe for determinado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada;
- c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

ARTIGO 21.º Documentos de habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária à sua habilitação, através da Plataforma Electrónica acessível através do sítio electrónico www.acingov.pt, no prazo de **5 (cinco) dias** úteis após as notificações de adjudicação, nomeadamente:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP (**Anexo III** ao presente Convite);
 - b. Documentos **comprovativos** de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c. **Certidão do registo comercial**, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência que se encontrem em efectividade de funções;
 - d. Comprovativo de inscrição no **Registo Central do Beneficiário Efectivo (RCBE)**, nos termos do disposto nos artigos 34.º e 36.º do anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de Agosto, artigo 34.º da lei 83/2017, de 18 de Agosto e da Portaria n.º 233/2018, de 21 de Agosto;
 - e. Quando a lei exigir aos concorrentes a titularidade de habilitações ou autorizações profissionais específicas para poderem prestar o fornecimento objecto do contrato, deverá ser junto documento comprovativo do mesmo.
2. Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, a entidade adjudicante concede ao adjudicatário um prazo de 3 dias úteis para suprimir as irregularidades detectadas nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
3. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
4. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respectivos originais.



5. O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referidos no número 1, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio da internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou colectivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
7. Em caso de não apresentação dos documentos de habilitação, aplicar-se-á o disposto no artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 22.º Aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, a minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes à respectiva notificação.

ARTIGO 23.º Reclamações contra a minuta

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao procedimento.
2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a indefere se nada disser no referido prazo.
3. Os ajustamentos ao contrato propostos pelo adjudicatário, mas recusados, não serão inseridos no contrato a celebrar.

ARTIGO 24.º Celebração do contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades, se for o caso.



2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de **3 (três) dias**, o prazo para a outorga e remessa do contrato, para assinatura por meios electrónicos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º do CCP.
3. Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta sem prejuízo de direito a justa indemnização.

ARTIGO 25.º Falsidade de documentos e de declarações

- § Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, incorrendo o adjudicatário em contra-ordenação muito grave, prevista nas alíneas d) ou e) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, consoante o caso.

ARTIGO 26.º Caução

- § Está dispensada da prestação de caução, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

SECÇÃO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 27.º Prazos

- § Todos os prazos indicados no presente Convite cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

ARTIGO 28.º Omissões

- § Tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Convite, aplica-se o disposto no CCP e restante legislação aplicável.



ARTIGO 29.º Foro competente

- § Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato que vier a ser celebrado será exclusivamente competente a jurisdição do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 30.º Legislação Aplicável

- § Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite, Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redacção actual.



Anexo I - Composição do Júri

(a que se refere a artigo 5.º do presente Convite)

O júri deste procedimento é composto pelos seguintes membros, conforme despacho do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.

1. MEMBROS EFETIVOS

NOME		ENTIDADE
Presidente	José Costa	Direção de Serviços do Centro de Dados da Defesa (DSCDD)
1.º Vogal	Nuno Narciso	Direção de Serviços do Centro de Dados da Defesa (DSCDD)
2.º Vogal	João Tavares	Unidade Ministerial de Compras (UMC)

2. MEMBROS SUPLENTE

NOME		ENTIDADE
1.º Vogal Suplente	Fernando Ferreira	Direção de Serviços do Centro de Dados da Defesa (DSCDD)
2.º Vogal Suplente	Carla Borges	Unidade Ministerial de Compras (UMC)

Em caso de falta ou impedimento por parte do presidente do Júri o mesmo será substituído pelo 1.º Vogal efectivo.



Anexo II - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Anexo III - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Anexo IV - Regulamento do Sorteio de Desempate das Propostas

(a que se refere o artigo 20.º do presente Convite)

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos seguintes termos:

1. As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "n", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respectivo registo na plataforma.
2. Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo que não fique visível o número inscrito em cada folha.
3. Os papéis dobrados serão todos introduzidos em saco opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
4. Os papéis serão retirados um a um, pelo presidente do júri, sendo elaborada uma acta que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma electrónica a todos os concorrentes.
5. O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no saco.
6. Os trabalhos referidos nos números anteriores são efectuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação. Em caso de falta ou impedimento por parte do presidente do Júri o mesmo será substituído pelo 1.º vogal efectivo.
7. Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes, e bem assim outros.
8. Na impossibilidade de comparência de um dos concorrentes que sejam submetidos ao desempate, pode o Júri, antes da realização do sorteio e caso entenda que tal se ficou a dever a facto não imputável ao concorrente, marcar nova data para a realização do mesmo.
9. A falta de comparência que não seja devidamente justificada, implica a realização de sorteio, no local, dia e hora agendados, e o resultado do mesmo **será vinculativo** para efeitos da ordenação das propostas.